

	<b>Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana</b>
	<b>Data:</b> ____/____/____ <b>Turma:</b> ____
	<b>Aluno:</b> _____
	<b>Professor: Manuel Antonio</b>
	<b>Disciplina: Filosofia</b>

### 9ª LISTA DE FILOSOFIA- 2º Ano-2020

1. (Enem 2ª aplicação 2016) A justiça e a conformidade ao contrato consistem em algo com que a maioria dos homens parece concordar. Constitui um princípio julgado estender-se até os esconderijos dos ladrões e às confederações dos maiores vilões; até os que se afastaram a tal ponto da própria humanidade conservam entre si a fé e as regras da justiça.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

De acordo com Locke, até a mais precária coletividade depende de uma noção de justiça, pois tal noção

- identifica indivíduos despreparados para a vida em comum.
- contribui com a manutenção da ordem e do equilíbrio social.
- estabelece um conjunto de regras para a formação da sociedade.
- determina o que é certo ou errado num contexto de interesses conflitantes.
- representa os interesses da coletividade, expressos pela vontade da maioria.

2. (Ufu 2012) Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
- Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
- Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
- Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza
- Nenhuma das alternativas anteriores.

3. (Enem PPL 2014) Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
- abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
- abdicar de sua propriedade e submeter-se ao poder do mais forte.
- concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
- renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não à sua independência.

4. (Ueg 2019) John Locke afirmou que a mente é como uma folha em branco na qual a cultura escreve seu texto e Descartes demonstrava desconfiança em relação aos sentidos como fonte de conhecimento. A respeito desses dois filósofos, verifica-se o seguinte:

- Locke é um representante do racionalismo e Descartes é um representante do empirismo.
- Locke é um representante do empirismo e Descartes é um representante do racionalismo.
- Descartes e Locke possuíam a mesma concepção, pois ambos eram críticos do iluminismo.
- Descartes é um representante do teologismo e Locke é um representante do culturalismo.
- Descartes é um representante do materialismo e Locke é um representante do idealismo.

### TEXTO PARA AS PRÓXIMAS 2 QUESTÕES:

O texto abaixo, de John Locke(1632-1704), revela algumas características uma determinada corrente de pensamento.

"Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se ao domínio e controle de qualquer outro poder?"

Ao que é óbvio responder que, embora no estado natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade."

(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)

5. (Enem 2000) Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa justificar:

- a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- a origem do governo como uma propriedade do rei.
- o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

6. (Enem 2000) Analisando o texto, podemos concluir que se trata de um pensamento:

- do liberalismo.
- do socialismo utópico.
- do absolutismo monárquico.
- do socialismo científico.

e) do anarquismo.

7. (Enem PPL 2013) **TEXTO I**

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

**TEXTO II**

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (adaptado).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- a) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada — Conflituosa, exemplificada pela luta de classes.
- b) Heterogênea, favorável à propriedade privada — Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns.
- c) Igualitária, baseada na filantropia — Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas.
- d) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam — Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses.
- e) Libertária, em defesa da razão humana — Contraditória, na qual vigora o estado de natureza.

8. (Uema 2015) De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, a Revolução Francesa derrubou o antigo regime, ou seja, o absolutismo real fundamentado no direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder. O término do antigo regime se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos.

Fonte: ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando*: Introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

Esse princípio político que substitui a antiga teoria do direito divino do rei intitula-se

- a) Contratualismo.
- b) Totalitarismo.
- c) Absolutismo.
- d) Liberalismo.
- e) Marxismo.

9. (Enade 2014) A mônada de que aqui falaremos não é outra coisa senão uma substância simples, que entra nos compostos; simples quer dizer sem partes. E tem de haver substâncias simples, uma vez que existem compostos, pois o composto nada mais é do que uma reunião ou *aggregatum* dos simples. Ora, onde não há partes não há extensão, nem figura, nem divisibilidade possível. E essas mônadas são os verdadeiros Átomos da Natureza e, em suma, os Elementos das coisas.

LEIBNIZ, G. W. *Monadologia*. In: *Discurso de metafísica e outros escritos*. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 131 (adaptado).

Segundo as concepções metafísicas de Leibniz, o conceito de mônada indica que ela é definida como

- a) um ente último formado a partir de certa composição.
- b) certo ente dotado de outros elementos internos a ele.
- c) algo capaz de ser repartido em elementos mais essenciais.

d) uma entidade delimitada a partir de conceitos geométricos.

e) certa unidade que contribui para a elaboração de coisas complexas.

9. (Enem PPL 2013) A *substância* é um Ser capaz de Ação. Ela é simples ou composta. A *substância simples* é aquela que não tem partes. O *composto* é a reunião das substâncias simples ou *Mônadas*. *Monas* é uma palavra grega que significa unidade ou o que é uno. Os compostos ou os corpos são Multiplicidades, e as Substâncias simples, as Vidas, as Almas, os Espíritos são unidades. É preciso que em toda parte haja substâncias simples porque sem as simples não haveria as compostas, nem movimento. Por conseguinte, toda natureza está plena de vida.

LEIBNIZ, G. W. *Discurso de metafísicas e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (adaptado).

Dentre suas diversas reflexões, Leibniz voltou sua atenção para o tema da metafísica, que trata basicamente do fundamento de realidade das coisas do mundo. A busca por esse fundamento muitas vezes é resumida a partir do conceito de substância, que para ele se refere a algo que é

- a) complexo por natureza, constituindo a unidade mínima do cosmo.
- b) estabilizador da realidade, dada a exigência de permanência desta.
- c) desdobrado no composto, em vez de gerá-lo unindo-se a outras substâncias simples.
- d) considerado simples e múltiplo a um só tempo, por ser um todo indecomponível constituído de partes.
- e) essencial na estrutura do que existe no mundo, sem deixar de contribuir para o movimento.

**TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:**

Se a recente antropologia estrutural está certa (e suas hipóteses, de fato, elaboram as suposições de Leibniz e Herder), esses modelos de parentesco, essas convenções de mútua identificação que subjazem a toda sociedade humana, dependem vitalmente da disponibilidade e desenvolvimento da linguagem. A passagem do homem de um estado natural para um estado cultural – o principal ato isolado de sua história – está em todos os pontos entrelaçados com suas faculdades de fala. Os tabus do incesto e os consequentes sistemas de parentesco que tornam possível a definição e a sobrevivência biossocial de uma comunidade não precedem a linguagem. Muito provavelmente desenvolvem-se com ela e através dela. Não podemos proibir o que não podemos nomear. As regras de casamento exogâmico ou endogâmico só podem ser formuladas e – o que não é menos importante – transmitidas onde existam adequada sintaxe e taxionomia verbal.

Fonte: Steiner, George. *Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p. 69/70.

10. (Ufsm 2012) Segundo o texto,

- I. o autor considera a linguagem como uma condição apenas suficiente para a passagem do homem de um estado natural para um estado cultural.
- II. os estudos recentes de antropologia estrutural conflitam com as especulações filosóficas de Leibniz e Herder.
- III. a capacidade de nomeação é uma condição necessária para o estabelecimento de interdição social.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.